

Especial: A questão Palestina e o conflito no Oriente Médio

Por uma Palestina laica e democrática

Certamente a Questão Palestina é um assunto bastante polêmico, existem várias opiniões, e verdades.

Concordamos que existem várias opiniões, mas entre elas existem aquelas que são formadas por idéias que visam fortalecer a luta pela paz e pela justiça e aquelas que visam a continuidade do conflito até que seja eliminado um dos lados envolvidos.

Fizemos uma opção. Tomamos uma posição. Selecionamos idéias e opiniões daqueles que não tem voz nos meios de comunicação de massa.

Tomamos uma posição em defesa de uma paz justa e democrática, para que judeus, cristãos, muçulmanos e demais pessoas que vivem no Oriente Médio tenham o direito à vida. Nós colocamos ao lado daqueles que sempre lutaram contra toda e qualquer forma de discriminação, contra o racismo e a intolerância, contra todo e qualquer tipo



Ilustração: Latuff

de fundamentalismo, seja ele econômico, político ou religioso.

Defendemos que todos e todas que vivem na Palestina tem o direito de lutar pela sua autodeterminação, como dizem as diversas resoluções da ONU sobre esta questão.

Em 1947 foi elaborado o Plano de Partilha da Palestina. Um atitude muito polêmica, pois um país foi criado numa terra ocupada por um povo, que era formado por cristãos, judeus e muçulmanos. A criação do Estado de Israel aconteceu em 14 de maio de 1948. Até hoje o Estado de Israel nega aos palestinos o direito de ter seu próprio território.

As três religiões criadas na chamada "Terra Santa" sempre pregaram a paz e a solidariedade, mas muitos foram os que se utilizaram das mesmas para oprimir outros povos.

Nós sabemos que o conflito na Palestina não é entre palestinos e judeus, até porque existem muitos judeus, que são contra a política do Estado de Israel e que não se veem representados por Ariel Sharon, que chegou ao cargo de primeiro ministro.

Louvamos as iniciativas de judeus e israelenses que, a cada dia, se mobilizam contra o governo de Sharon, fazendo crescer naquela região o número de pessoas e movimentos populares formados por israelenses que defendem o direito dos palestinos de ter seu próprio Estado independente.

Recentemente foi libertado o físico

israelense Mordehai Vanunnu, preso por 18 anos por denunciar a iniciativa de Israel de construir armas nucleares. Vanunnu, que ficou por 14 anos na solitária, saiu da prisão com mais força e disposição para transformar o Oriente Médio numa região sem armas nucleares.

São iniciativas como esta que nos fazem lembrar da gloriosa resistência dos operários judeus do gueto de Varsóvia, na Polônia ocupada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Que a luta desses heróicos combatentes da paz não tenha sido em vão.

Os palestinos de hoje sentem na pele o que os judeus sofreram no passado.

Assim como a humanidade derrotou os abusos do passado, também derrotará esta situação, pois só assim reinará a paz na Palestina, e judeus, cristãos e muçulmanos poderão juntos construir uma pátria livre do colonialismo e do imperialismo.



Aloísio Alves da Silva,
Denise Filomena M. Belchior e
Oswaldo de Oliveira Santos Jr,
diretores do SINPRO ABC

Campanha Salarial

**Reajuste 2003/04
Educação Básica
e Ensino Médio**

Página 03

**Ensino Superior
desafia Governo
Federal**

Página 02

Denúncias

**Resultados de
fiscalizações e
mesa redonda.**

Página 06

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Ensino superior privado desafia governo federal

Não demorou muito para que as escolas superiores privadas, inclusive as chamadas "filantrópicas", acabassem por revelar que não têm nenhuma intenção de colaborar com o governo federal, em especial com o ministro Tarso Genro, no programa Universidade para Todos (ProUni). Essa posição já havia sido percebida tão logo a gestão atual do MEC anunciou a intenção de trocar vagas por isenção fiscal: discretamente, essas instituições passaram a usar dois argumentos. O primeiro era o da desproporção entre o percentual de vagas sugerido pelo governo e o percentual da renúncia fiscal; o segundo, o de que o plano de Tarso Genro feria o estatuto da autonomia universitária.

Recentemente, no entanto, a oposição dos empresários ganhou novas dimensões com a ação dos lobistas que atuam no Congresso para que o ProUni seja substancialmente modificado com a exclusão das "filantrópicas" da obrigatoriedade de concessão de bolsas e com a redução do percentual de vagas para os alunos carentes (de 10 para 5%) a que estariam obrigadas a oferecer aquelas faculdades, centros universitários e universidades que se caracterizam como empresas.

O Ministro Tarso Genro já advertiu: se o projeto apresentado pelo governo sofrer qualquer alteração, o MEC vai "retaliar" com os instrumentos que possui, entre eles um maior rigor na autorização e nos processos de reconhecimento das instituições de ensino.

A queda de braço, que apenas se inicia, tem tudo para se transformar numa exposição pública sobre as verdadeiras intenções dos empresários da educação superior, inclusive daqueles que disfarçam essa condição sob o falso rótulo da "filantropia". E pode servir também para que, finalmente, as autoridades educacionais caiam na real, isto é, percebam que o setor do ensino superior transformou-se num complexo de interesses financeiros que nada tem a ver nem com a educação nem com o atendimento das necessidades da sociedade brasileira.

Fonte: Sinpro SP

Especial: A questão Palestina e o conflito no Oriente Médio

Terra de Todos

As reivindicações históricas de judeus e palestinos pelo território conhecido também pelos cristãos como a Terra Santa se fundamentam essencialmente nas religiões dos povos envolvidos nos conflitos. Para os judeus, Deus prometeu a terra; para os muçulmanos, porque é a terra sagrada do profeta Maomé; para os cristãos, porque lá Jesus nasceu e viveu.

No entanto, em 1948, a ONU determinou a criação do Estado de Israel e, desde então, os judeus estão envolvidos em guerras e conflitos com os árabes.

HISTÓRIA

De acordo com a Bíblia, Deus disse que os descendentes de Abraão, após a libertação do Egito, herdariam a Terra Prometida, iniciando-se assim a formação do estado judeu no Oriente Médio.

No ano 70 D.C., os romanos invadiram a região e expulsaram muitos que ali viviam, dando início à diáspora, que é a dispersão dos judeus europeus para outros países do mundo. A dispersão dos judeus se intensificou no final do século XIX, com o aparecimento do anti-semitismo.

Contudo, a idéia de reestabelecer um estado judeu já havia sido intensificada, principalmente depois que o jornalista austríaco Theodor Herzl levou adiante a idéia do sionismo, declarando que o povo judeu tem direito ao seu próprio estado, uma questão muito difícil de ser contestada.

No entanto, quando os judeus imigraram para o Oriente Médio, tanto depois da expulsão do Egito como depois do idiotismo do holocausto, muitos árabes viviam na região.

PALESTINA

A palavra Palestina tem origem nos filisteus (Philistines), um povo que por volta do século XII A.C., intensificou sua presença no Oriente Médio.

A partir do declínio do Império Romano, no século VII D.C., as conquistas árabes fizeram aumentar ainda mais a presença de muçulmanos na Palestina, enquanto o árabe é a língua da maioria da população.

Acredita-se que nessa época, cristãos e judeus viviam amenos para praticar suas religiões com liberdade e segurança, principalmente em Jerusalém, cidade considerada sagrada também pelo islamismo, religião predominante entre os árabes.

Porém, em 1517, os turcos otomanos conquistaram a região, dividindo o território em diversos distritos. As comunidades cristãs e judaicas, no entanto, receberam grande autonomia.

A Palestina compartilhou a glória do Império Otomano durante o século XVI, mas foi negligenciada quando este entrou em declínio.

Em 1917, o Reino Unido capturou a Palestina e, na contra-mão do sentimento nacionalista dos árabes palestinos, declarou apoio a criação de uma pátria judia no Oriente Médio.

Finalmente, em 1948, a ONU criou o Estado de Israel, culminando na guerra árabe-israelense e na fuga dos palestinos que viveram no local por muitos anos sem direito à independência nacional e à soberania sobre a terra dos seus antepassados.

O que é Sionismo

SIONISMO é uma palavra formada por SION + ISMO. Sião, é um monte em Jerusalém, e ISMO significa "modo de pensar", ou seja, uma forma de pensar Israel.

O Sionismo é, em sua origem, o movimento nacionalista para o estabelecimento de uma nação judaica.

Assim, o significado do termo, é derivado da palavra "Sion", usada geralmente como um sinônimo de "Jerusalém" e da Terra de Israel (Eretz Israel). O sionismo é uma ideologia que expressa o desejo dos judeus de todo o mundo por sua pátria histórica - Sion, a Terra de Israel.

Fontes: www.palestina1.com.br
www.visaojudaica.com.br

EXPEDIENTE

O Professor - Boletim Informativo do SINPRO ABC - Sindicato dos Professores do Grande ABC - ISSN: 1673-8473

• **Presidente:** Profª Célia Regina Ferrari • **Diretor de Imprensa:** Prof. Oswaldo de Oliveira Santos Jr.
• **Jornalista Responsável:** Sérgio Sant'Anna (Mtb 38.241) • **Diagramação e ilustração:** Israel Barbosa
• **Tiragem:** 4000 exemplares • **Gráfica:** Diário Artes Gráficas • **Site:** www.sinpro-abc.org.br • **E-mail:** imprensa@sinpro-abc.org.br

A publicação não se responsabiliza por matérias assinadas e declarações de terceiros.



Campanha Salarial do Ensino Básico

Dissídio Coletivo 2003 e 2004



Algumas escolas vêm tentando confundir seus professores com relação aos reajustes salariais de 2003 e 2004. É preciso muita atenção para não se deixar enganar.

Há dois dissídios coletivos: o de 2003, que já foi julgado e cuja sentença determinou índice de reajuste de 16,42% retroativo a março, e o de 2004, que está em tramitação no TRT.

No que se refere ao processo do ano passado, por determinação do TRT, as escolas continuam obrigadas a corrigir a base salarial de seus professores em 16,42% e, conseqüentemente, pagar as diferenças. Mesmo as instituições que haviam concedido antecipações têm que pagar a diferença na base e no retroativo. Para se ter um exemplo, uma escola que concedeu 13% de reajuste na base de 2003 (por orientação do sindicato patronal, boa parte das instituições aplicou esse índice da seguinte forma 7,5% em março

do ano passado e o restante em fevereiro deste ano) deve ainda a cada professor 1,13 salário.

Para a base de 2004 ainda não há um índice de reajuste definido. Como o Siseesp se recusou a negociar de forma séria e responsável, fazendo com que os professores reprovassem, nas assembléias, a proposta patronal, a decisão ficou novamente nas mãos da Justiça do Trabalho. O processo de dissídio coletivo 2004 está em tramitação no TRT. Outra vez seguindo orientação do sindicato patronal, as escolas estão aplicando, neste ano, um reajuste que não repõe a inflação da data-base da categoria: 4% (contra os 6,36% medidos pelo Dieese). É preciso ficar atento, pois esse percentual é apenas uma antecipação salarial, já que a decisão do reajuste de 2004 saíra mesmo do julgamento do dissídio, ainda sem data marcada.

Fonte: Sinpro SP

Fique de olho:

Reajuste de 2003: 16,42% retroativo a março

O índice determinado na sentença do TRT é a recomposição dos salários com base na inflação medida pelo Dieese na data-base dos professores (março 2002 a fevereiro 2003).

Reajuste de 2004: ainda não definido. Processo de dissídio coletivo 2004 está em tramitação no TRT. A inflação medida pelo Dieese na data-base da categoria (março 2003 a fevereiro 2004) é de 6,36%.

Colégio Objetivo apresenta proposta para pagamento do dissídio 2003 que abrange todas as unidades da capital

O Objetivo apresentou no último dia 07 de junho uma proposta para pagar o dissídio coletivo 2003: os 16,42% serão aplicados na folha de junho junto com a primeira parcela das diferenças retroativas a março de 2003. Os salários de junho terão ainda reajuste de 4%, a título de antecipação do dissídio 2004. A proposta abrange todas as unidades do Colégio Objetivo na capital.

Colégio Metodista em Estado de Greve

Os Professores do Colégio Metodista, em Rudge Ramos (SBC), reunidos em Assembléia no último dia 07 de junho, decidiram entrar em **Estado de Greve** e encaminhar um pedido de Ação de Cumprimento no TRT, com o objetivo de garantir o cumprimento da sentença do dissídio coletivo 2003.

Professor demitido no final do ano letivo 2003

O Sinpro ABC está orientando todos os professores que foram demitidos no final de 2003, e não receberam o retroativo, a entrarem em contato com o departamento jurídico do Sindicato para encaminhamento da Ação de Cumprimento sobre o dissídio coletivo 2003, e assim garantirem o cumprimento integral da sentença. Ligue 4994-0700 para agendar um horário.

COMEMORAÇÃO INTERNACIONAL

20 anos do MST



1984 - 2004

MST 20 anos de luta, conquista e dignidade!

São 20 anos lutando para romper as cercas do latifúndio, da ignorância e do capital, para democratizar a terra, a educação e a riqueza produzida. Desta luta nasce a alegria de uma família que conquista a terra, de uma criança que frequenta a escola, de um jovem que vislumbra uma perspectiva de futuro, da garantia de que o progresso e o bem-estar não são incompatíveis com a preservação ambiental. Estes são desafios e também conquistas que nos impulsionam rumo a um futuro melhor.

Passaram-se 20 anos, somos jovens ainda, temos muito a brindar, a fazer e edificar. A luta pela reforma agrária e por uma nova sociedade continua. Ainda são 4,5 milhões de famílias sem terra aguardando uma terra para poder trabalhar, e muita exploração social, desigualdade, concentração de riqueza, injustiça e analfabetismo. Enquanto todos não tiverem a terra para poder viver e uma vida mais digna, o MST continuará seu papel histórico, que é organizar os pobres do campo e lutar por um Brasil sem latifúndio.

Viva os 20 anos de lutas, resistências, conquistas e esperanças!

Especial: A questão Palestina e o conflito no Oriente Médio

Na calada da noite, o holocausto de Sharon em Sabra e Chatila



Nadim Abdallah Majzoub, secretário da UJAAL

Numa triste ironia da história, em setembro de 1982, quando mais de 80 mil soldados israelenses cruzaram a fronteira com o Líbano, cerca de 3,8 mil civis palestinos foram exterminados nos acampamentos de refugiados de Sabra e Chatila, nos arredores de Beirute, pelas milícias cristãs libanesas.

Os massacres tiveram o total consentimento do general Ariel Sharon, então chefe das tropas israelenses que ocupavam a capital do Líbano.

“Um mês antes do holocausto, os combatentes da OLP, liderados por Yasser Arafat, já haviam sido obrigados a deixar os campos. Portanto, em Sabra e Chatila viviam confinados somente as pessoas civis, homens velhos, mulheres, crianças e bebês”, disse emocionado o libanês Nadim Abdallah Majzoub, secretário da União da Juventude Árabe para a América Latina.

Durante o primeiro dia de pilhagem, os milicianos não se contentavam em aniquilar famílias inteiras. Frequentemente cortavam os membros das vítimas antes de liquidá-las. Mulheres eram violentadas antes de serem mortas a golpe de machado, porque usando o machado e a faca, os milicianos espalhavam o terror.

“O mundo inteiro precisa entender que a prática do horror tem início no sionismo. Voltando às raízes da Questão Palestina através do conhecimento e da educação, e não por meio da manipulação imperialista, formaremos uma opinião correta a esse respeito”, finaliza Nadim.

Intifada, a resistência até a vitória

Os bloqueios praticados por Israel, que impedem o intercâmbio de bens e pessoas nos territórios ocupados, deixaram mais da metade dos palestinos vivendo abaixo do limite de pobreza.

Não há como comparar o poderio político internacional, militar e econômico dos judeus com a singela resistência dos palestinos, que basicamente se resume em enfrentar tanques de guerra com estilingue em punho.

Sendo assim, a Intifada é uma das pouquíssimas armas de resistência do povo palestino à asfixia opressora dos judeus, pois ameaça os interesses imperialistas e a própria existência do Estado de Israel.

“Privado de seu solo, humilhado, ofendido e ensanguetado, ao povo palestino só restam suas reservas de coragem e esperança, garantias da possível conquista dos direitos naturais à vida e à liberdade na terra dos seus antepassados”, justifica o vice-presidente da Assembléia Mundial da Juventude Islâmica para a América Latina (WAMY), Sheikh Jihad Hassan Hammadeh.

HISTÓRIA

Em 1987, um caminhão militar israelense atropelou e matou 4 palestinos na Faixa de Gaza. O incidente foi o estopim para o início dos combates entre jovens palestinos e as tropas de ocupação israelense. A revolta, conhecida como a Revolta das Pedras (*Intifada*) durou 6 anos, resultando em inúmeras mortes e um enorme desgaste para Israel, pois eram jovens e crianças enfrentando com paus e



foto: www.wu-wien.ac.at

pedras as armas sofisticadas dos soldados israelenses.

A visita de provocação e profanação de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, lugar sagrado para o islamismo, detonou, a partir de setembro de 2000, uma nova crise, chamada de a segunda Intifada, cujas consequências até agora são imprevisíveis. “Certo é que a agressão israelense se isola sempre mais na opinião pública mundial”, declara o vice-presidente da WAMY.

Segundo o Sheikh Jihad, a guerra entre judeus e palestinos não vai acabar enquanto não houver acordo sobre Jerusalém e o direito de retorno dos refugiados. “As circunstâncias pelas quais os israelenses poderiam pensar em abandonar essas reivindicações fundamentais ainda não foram criadas e portanto não há o que ceder”, conclui.

Uma luta por Justiça



Sheikh Jihad Hassan Hammadeh

Embora um dos princípios do islamismo, religião predominante entre os árabes, seja a busca pela paz, o conflito entre Israel e palestinos está muito longe de um fim. A afirmação é do Sheikh Jihad Hammadeh.

De acordo com o vice-presidente da WAMY, a resistência à ocupação e às violações dos Direitos Humanos impostos pelos exércitos israelenses tem fundamento no dogma islâmico que estabelece a defesa como direito divino.

“Sempre haverá resistência enquanto não houver Justiça. Os judeus não têm o direito de hostilizar os palestinos só porque a ONU inventou o Estado de Israel. E a população que ali vivia antes?

É como se você tivesse sua casa invadida e ainda fosse expulso do lar”, indaga.

A história de resistência palestina começa em 1948, a partir da criação do Estado de Israel, no curso da qual os judeus conquistaram mais terras do que lhe haviam sido destinadas pela ONU e expulsaram 800 mil árabes da região.

Muito mais forte política e militarmente, Israel ocupou Jerusalém e outros lugares sagrados para muçulmanos e cristãos, aumentando ainda mais a crise no Oriente Médio.

Além disso, a ONU baixou diversas resoluções conclamando à paz, ao retorno dos refugiados, à retirada dos israelenses dos territórios ocupados e ao estabelecimento de fronteiras permanentes, nenhuma delas acatadas por Israel.

“É ilógico se tornar refugiado dentro de sua pátria. Não reconhecemos o Estado de Israel enquanto os judeus e o mundo não reconhecerem a nação Palestina, que tem língua oficial (árabe), constituição, bandeira e hinos próprios”, completa Sheikh Jihad.

Especial: A questão Palestina e o conflito no Oriente Médio

O Soweto de Israel

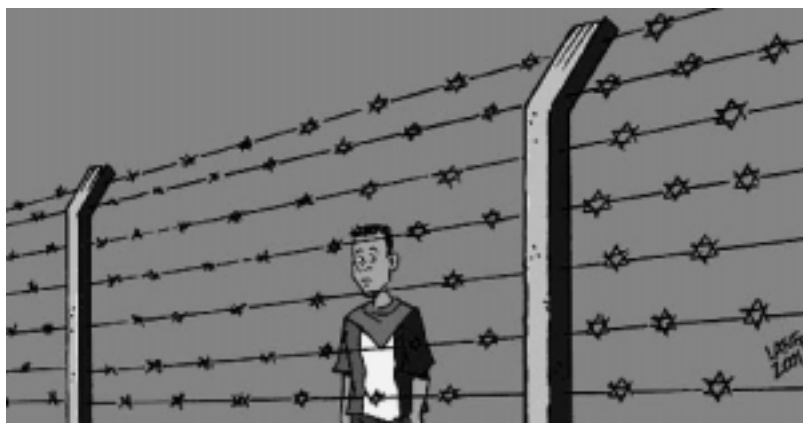
A situação de cerco e repressão que Israel impõe aos palestinos, que vivem isolados e humilhados em sua própria terra, é pior que o *Apartheid* - regime de segregação sul-africano.

"O que vi nos territórios ocupados não ocorreu nem em meu país nem em nenhum outro da África", declarou Nkosazama Zuma, ministra das Relações Exteriores da África do Sul, em visita à Palestina, em abril.

A ONU, países da União Européia e a Rússia estão declarando, mais uma vez, as práticas israelenses contra palestinos no Oriente Médio como sendo violações dos Direitos Humanos.

No entanto, recentemente, em encontro com Ariel Sharon, George W. Bush reforçou a bênção incondicional dos Estados Unidos à política antiterrorismo (a do muro, das barreiras de controle e restrição de circulação, dos assassinatos seletivos sem julgamento, dos bombardeios a áreas civis etc).

Israel sitiou Jerusalém. Nas cidades palestinas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza há mais de 70 barreiras de controle e 600 bloqueios de ruas, além de ruínas provocadas por constantes ataques do exército. Em Ramallah, o cerco dos tanques de guerra, das explosões e dos tiros. Soma-se ainda que Israel nem sequer aceita



discutir a questão do retorno dos refugiados, direito garantido pela ONU (resolução 194).

O muro contra os muçulmanos também se expande até a minoria cristã, já que em Hebron foi construído sob os destroços da primeira igreja da História, construída por Santa Bárbara. Vale lembrar, também, do episódio na igreja da Natividade, em Belém, quando 200 palestinos, inclusive crianças, ficaram cercados por 45 dias, em 2001, até a invasão das tropas israelenses.

Yasser Arafat, presidente da Autoridade Palestina, vive preso há mais de três anos em seu quartel-

general e declaradamente na mira das metralhadoras dos soldados de Israel.

Toda a estratégia israelense consiste em dividir o povo palestino, separar suas comunidades e anexar territórios. O muro de Israel já tem 170 quilômetros, podendo chegar a 350, isolando 13 áreas descontínuas na Cisjordânia, agora mais isoladas, formando verdadeiros guetos ou bantustões – a exemplo de Soweto, na África do Sul.

Completando o cenário de segregação e *Apartheid*, o bloqueio à circulação na Palestina vale para ambulâncias e medicamentos.

Esse tipo de privação é constante no dia-a-dia da vida dos palestinos. Segundo a Paletinian Red Crescent, desde 2001, 91 pessoas morreram nas barreiras, 55 partos foram realizados nesses locais por falta de uma autorização para passar e chegar a hospitais. Foram 25 pessoas, entre médicos e enfermeiras, mortas e 425 feridas por tentarem prestar socorros a pessoas que passavam mal. Um quarto do tempo escolar de 2003 foi perdido, por conta da espera que mesmo crianças têm de se submeter.

Texto extraído da reportagem de Anselmo Massad na revista Fórum, edição nº 17

Artigo

Marcelo Buzetto*

Os meios de comunicação costumam tratar a Questão Palestina como um conflito entre "judeus e muçulmanos" ou entre "árabes e israelenses". Os árabes-palestinos sempre aparecem como terroristas, fanáticos religiosos que se explodem cometendo atentados.

Quais são os motivos que fazem com que a Palestina seja palco de uma guerra onde as vítimas são pessoas civis que enfrentam as agressões de um exército invasor que desrespeita os Direitos Humanos e as resoluções da ONU?

A localização estratégica

A Palestina é um território de 27.000 km² localizado entre o Egito, Líbano, Síria e Jordânia, tendo um vasto litoral com saída para o Mediterrâneo. Pelo sul, chega-se ao Golfo de Ácaba, que leva ao Mar Vermelho, Golfo de Áden, Mar da Arábia, Golfo de Omã e Oceano Índico.

Ademais, a Palestina fica no centro do mundo, na divisa entre a África e a Ásia, e bem próxima da Europa.

As origens do conflito atual: sionismo e imperialismo invadem a Palestina

Durante o final do séc. XIX a Palestina estava sob o domínio do Império Turco-Otomano. Nesse período surge um movimento nacionalista judaico chamado sionismo, fundado por Theodor Herzl, autor de O Estado Judeu. Em 1897, Herzl e outros adeptos do sionismo se reúnem na Suíça para pregar a criação de um "lar nacional para os judeus", apontando a Argentina ou a Palestina como locais favoráveis para a realização do empreendimento.

A partir daí os sionistas correram o mundo para angariar recursos financeiros e apoio político para a proposta, estabelecendo contatos com Inglaterra, Alemanha, Império Otomano, banqueiros, industriais e comerciantes judeus e não-judeus.

Entretanto, Herzl já afirmava a preferência pela Palestina, e dizia que o Estado Judeu no Oriente Médio seria, "para a Europa, um pedaço de fortaleza contra a Ásia".

A afirmação comprova o vínculo entre sionismo e imperialismo, pois o objetivo era obter apoio dos imperialistas

para que a Palestina fosse entregue à burguesia judaica.

Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, França e Inglaterra invadem o Oriente Médio e dividem entre si o território, ficando a Palestina sob o domínio britânico.

A partir desse período o movimento sionista ganha mais apoio, devido ao massacre de judeus pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial.

No entanto, logo depois o movimento sionista começa a se dividir, dissimulando um nacionalismo burguês conservador e com conteúdo racista e anti-democrático. Diz Herzl: "Considero a monarquia democrática e a república aristocrática como as mais belas instituições políticas. Sou amigo convencido das instituições monárquicas porque elas tornam possível uma política permanente e representam o interesse ligado a conservação do Estado de uma família historicamente ilustre, nascida e educada para reinar.

A posição elitista e anti-democrática de Herzl é um absurdo, pois, em política, não há questões simples que se resolvam por um sim ou um não. Aliás, **as massas são ainda piores do que os parlamentos.**

Herzl prossegue: "Diante de um povo reunido, não podemos fazer nem política exterior nem política interior. A política deve ser feita do alto".

Essa ideologia conservadora serviu de base para a instauração do Estado de Israel. Compreender o conteúdo racista do sionismo é fundamental para que possamos explicar a posição atual do governo israelense em relação ao povo palestino.

Três idéias foram fundamentais para convencer os judeus a emigrar para a Palestina: 1) que a Palestina era uma "terra sem povo" e os judeus eram um "povo sem terra"; 2) que a Palestina é a "pátria histórica" dos judeus; 3) que os judeus são o "povo eleito" por Deus.

Essas idéias fizeram com que banqueiros e grandes empresários judeus contribuíssem para a criação da Companhia Judaica, uma empresa de colonização com o objetivo de comprar terras e instalar colônias judaicas na Palestina. Durante os anos 20 e 30 do séc. XX, o crescimento dessas colônias deu início a uma série de conflitos entre sionistas e árabes-palestinos. O movimento sionista começa a organizar grupos terroristas como o Irgun, Stern e Haganah, que fazem

ações armadas e atentados contra a população árabe-palestina, com a intenção de intimidá-los através da violência, fazer com que abandonem seus lares, suas propriedades e suas aldeias.

O Sionismo se organiza assim: 1) politicamente: através de organizações que buscam apoio político para o projeto colonialista; 2) economicamente: buscando recursos financeiros de empresários e banqueiros judeus e não-judeus para a instalação de colônias na Palestina; 3) militarmente: organizando grupos terroristas/paramilitares para dissimular o pânico entre a população árabe-palestina, grupos que, depois de 1948, se transformam nas Forças Armadas de Israel.

Em 1947, como resultado da articulação política internacional dirigida por imperialistas e sionistas, a ONU aprovou a Partilha da Palestina, criando dois Estados, um Judeu e um Palestino. Os judeus ficariam com 56,4% do território, os palestinos com 42,9%, e 0,7%, correspondente à Jerusalém, seria administrado pela ONU, por ser local sagrado para cristãos, judeus e muçulmanos.

No entanto, desde a retirada dos britânicos da região, o governo sionista impede a criação do Estado Palestino, originando a guerra, onde de um lado está o Exército Sionista-Colonialista de Israel e, de outro, a população palestina, que desde esta época luta por sua libertação, pela criação de um Estado Palestino Laico e Democrático, onde possam viver em paz judeus, cristãos e muçulmanos, onde seja garantido aos indivíduos o direito de decidir e manifestar livremente suas posições políticas e/ou religiosas.

HERZL, Theodor, O Estado Judeu, Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
LEON, Abraham, Concepção Materialista da Questão Judaica, São Paulo, Global, 1981.
PINSKY, Jaime, Origens do Nacionalismo Judaico, São Paulo, HUCITEC, 1978.
WEINSTOCK, Nathan, O Sionismo Contra Israel, volumes I e II, Lisboa, Editora Uliisséia, 1969.
BRAIA, Nathaniel, O Apartheid de Israel – Racismo, agressão e usurpação: os focos do conflito atual, São Paulo, Alfa-Omega, 2002

* Marcelo Buzetto - Diretor do SINPRO ABC
Leia o artigo na íntegra no site: www.sinpro-abc.org.br
(link artigos)

Denúncias

SINPRO ABC protocola pedido de fiscalização das escolas na DRT

Caro(a) professor(a), a sua comunicação com o SINPRO ABC é muito importante, pois com total discricção, suas reclamações/reivindicações, tornam-se NOSSAS DENÚNCIAS junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que é o órgão competente para fiscalizar e autuar as escolas que não respeitam os seus trabalhadores, descumprindo a legislação vigente. Acompanhe a sua "DENÚNCIA", também através da nossa página na Internet (www.sinpro-abc.org.br).

Escolas	Denúncias	Andamento	Resultado
Artur de Queiroz	Atraso de pagamento de salários	Enviada à DRT	Denúncia confirmada; lavrado Auto de Infração nº. 832.503-1
Sonho Meu	Não efetua os depósitos do FGTS, descumprimento do piso, falta de registro na CTPS, não concessão de cesta básica e não pagamento de PLR ou abono	Enviada à DRT em 05/04/2004	Os donos da escola estiveram no Sindicato e mostraram o acordo feito com as professoras; foi tudo regularizado
Colégio Jatobá	Não concessão de cesta básica, dificulta a atuação sindical, descumprimento do dissídio e não fornece holerites	Enviada à DRT em 11/05/2004	Marcada Mesa Redonda para 06/07/2004, às 13h30
Arbos	Não efetua os depósitos do FGTS, não concessão de férias e janelas, horas extras e reunião pedagógica não remuneradas	Enviada à DRT em 01/04/2004	Aguardando agendamento pela DRT
C.E. Jean Piaget	Não efetua os depósitos do FGTS e não pagamento de PLR ou abono	Enviada à DRT em 19/03/2004	Aguardando fiscalização
Colégio Terra Nova	Não efetua os depósitos do FGTS	Enviada à DRT em 19/02/2004	Denúncia confirmada; lavrados autos de infração sobre férias e pagamento dos salários
UNIBAN	Não efetua os depósitos do FGTS, não entrega holerites e calcula erroneamente os salários	Enviada à DRT em 12/04/2004	Nova mesa redonda marcada para 15/06/2004, às 13h30, para apresentação de documentos
Colégio Brasília	Não efetua os depósitos do FGTS, não concessão de cesta básica, não pagamento do 13º e não entrega holerites	Enviada à DRT em 01/04/2004 e 20/04/2004	Realizada Mesa Redonda em 02/06/2004 e esta transformada em fiscalização
Externato Rio Branco	Não efetua os depósitos do FGTS, reduziu a carga horária e não pagamento do dissídio 2003 e de PLR	Enviada à DRT em 15/04/2004	A escola reconhece que está atrasada com FGTS e se comprometeu a acertar as irregularidades até novembro de 2004

Nossos direitos

O Professor deve ter 30 dias de férias em julho

O acordo assinado pelo SINPRO-ABC e o SEMESP (ensino superior) garante 30 dias de férias ao professor, em julho. Além disso, todo professor deve receber, antecipadamente, as férias e mais um terço desse período (de férias). Isso tudo, até 48 horas antes de sair em férias. Além disso, quem fez o requerimento em janeiro, deverá receber também a antecipação de metade do décimo terceiro salário.

Caso esses, ou algum outro direito contidos na Convenção não lhe sejam garantidos, entre em contato com o SINPRO.

Poesia

"Busca eterna"

A natureza humana é mutável.
Basta viver para procurar...

*Procuramos ter amigos.
Sonhamos com liberdade.
Adquirimos novos hábitos.
Queremos inovar!
Assimilamos conteúdos.
Aplicamos novos métodos.
Damos passos largos em busca de novas conquistas...
Conseguimos mais prestígio.
Somos sempre candidatos.
E somamos experiências.
Transferimos conhecimentos.
Criamos expectativas.
Conquistamos credibilidade.
Recebemos atenção.
Dividimos nossas vidas com outras vidas.
Erramos e acertamos...
Construímos nosso labirinto existencial
Nesta incessante e eterna busca!*

Profª Maria Paula

Editais

Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
Edital de convocação de Assembléia Geral Extraordinária, dia 26/06/2004

Pelo presente edital, ficam convocados todos os professores do Centro Educacional Objetivo Santo André (Centro Integrado de Educação S/C Ltda. – EPP); Centro Integrado São Caetano do Sul S/C (Unidade São Caetano do Sul – Centro Educacional Objetivo); Centro Educacional Objetivo São Bernardo do Campo S/C Ltda (Centro Integrado de São Bernardo do Campo S/C Ltda); Centro Educacional Objetivo ABC de Ensino Médio- unidade 104 – (Centro Integrado Paulista); Centro Educacional Objetivo ABC de Ensino Fundamental e Médio – unidade 201 (Centro Educacional Paulista S/C Ltda.), para que compareçam à Assembléia Geral Extraordinária, no dia 26 de junho de 2004 em primeira convocação às 09 horas e em segunda convocação às 9h30min., no Colégio Objetivo, à Rua Senador Fláquer, 639 – Santo André - SP. Tal assembléia tem como finalidade, análise, discussão e deliberação, sobre: a) Proposta Patronal. Santo André 09 de maio de 2004 – Célia Regina Ferrari – Presidente.